



Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

CNPJ: 47.063.128/0001-68

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023.

Apresentação

A Companhia está localizada em Catanduva, estado de São Paulo, é uma empresa Agroindustrial, têm como objeto social e atividade preponderante o plantio e o cultivo de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, além de atuar na cogeração de energia elétrica a partir da queima do bagaço.

Seu exercício social é iniciado em 1º de abril e finalizado em 31 de março.

Política de Gestão da Qualidade:

A Usina São Domingos-Açúcar e Etanol S/A é uma empresa ética e socialmente responsável que cumpre com a legislação e os requisitos regulamentares aplicáveis. Nosso compromisso é garantir a satisfação dos clientes pela qualidade e adequação dos nossos produtos, para isso desenvolvemos ações de melhoria contínua e, resguardamos a segurança e a saúde dos colaboradores. Respeitamos o meio ambiente, incluindo cuidados de prevenção à poluição.

História: Fundada em 06 de agosto de 1952, sob a denominação de SANCHEZ, MOTTA LTDA; em 03 de maio de 1955, alterou sua razão social para SANCHEZ & CIA LTDA.

Em 06 de fevereiro de 1961, transformou-se em sociedade anônima, passando então a denominar-se USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A. "USD"
Desde os seus primórdios de 1952 até os dias atuais a companhia vem reescrevendo sua história, efetuando e adaptando as mais diversas ocorrências do setor, e até de turbulências.

A Companhia tem MISSÃO, VISÃO e VALORES, alinhados com o objetivo central de profissionalização.

Missão: Desenvolver processos sustentáveis em bioenergia, com respeito aos colaboradores, aos fornecedores, aos clientes e parceiros agrícolas, complementados com projetos sociais e ambientais legais, privilegiando toda sociedade.

Visão: Ser reconhecida como referência no Setor na Maximização e Otimização nos seus Ativos nos Requisitos Operacionais e Tecnológicos.

Valores:

Ética: Abrangendo a legalidade e a sustentabilidade neste valor, a USD e seus colaboradores executa, e sempre executará as suas atividades nos requisitos éticos;

Excelência Empresarial: Comprometer-se plenamente com os resultados, cumprindo o que se propõe fazer, com eficácia e eficiência, sempre a partir de soluções coletivas, com ética e respeito;

Pioneirismo: O que fazemos é simples, e rotineiro em sua maioria, mas temos a obrigação de sermos os primeiros na busca de melhorias, explorando novas alternativas e maneiras de pensar e não tendo medo de pedir ajuda;

Liderança: Todo indivíduo tem a sua habilidade, tendo sua liderança na execução do seu trabalho, em qualquer lugar, em qualquer cargo ou qualquer hierarquia. Só habilidades e nosso sucesso depende única e exclusivamente da nossa liderança;

Valorização das Pessoas: Respeitar e incentivar as diferenças, partindo da premissa de que apenas por meio da diversidade, complementando, ampliando os conhecimentos e desenvolvendo pessoas em sua civilidade.

Aspectos econômicos e financeiros



A **Receita operacional líquida (ROL)** consolidada da safra 2023/2024, totalizou R\$ **785,5 milhões**, representando um aumento significativo de 21,2% em relação à safra anterior, que registrou R\$ 648,2 milhões, esse crescimento foi impulsionado principalmente pelos preços líquidos do açúcar.



A **Moagem** atingiu a marca de **2,8 milhões** de toneladas de cana-de-açúcar, registrando um aumento significativo de 27,2% em comparação com as 2,2 milhões de toneladas da safra anterior.



O **lucro líquido consolidado** do exercício, foi de **R\$ 76,0 milhões**, marcando um incremento notável de 45,2%, em comparação com o ano anterior, quando registro R\$ 52,3 milhões. A margem líquida atingiu 9,7%, representando um aumento significativo de 19,8% em relação ao exercício anterior, quando a margem líquida foi de 8,1%.



O **EBITDA** Contábil consolidado atingiu **R\$ 315,1 milhões**, apresentando um expressivo aumento de 36,5% em comparação com os R\$ 266,6 milhões, registrado na safra 2022/23, representando um crescimento nominal de R\$ 48,5 milhões.

Devido a flexibilidade de produção de sua planta, a Companhia ajustou seu mix às condições de preço de mercado, ampliando o máximo da produção de açúcar em detrimento do Etanol.

Na tabela abaixo, demonstramos os principais destaques financeiros da safra 2023/24, assim como os da safra imediatamente anterior (2022/23).

Sumário executivo - Consolidado	Mar/24	Mar/23	Δ (%)
Receita Líquida	785.488	648.155	21,2%
CPV (sem ativo biológico)	(539.459)	(468.642)	15,1%
Lucro Bruto	244.098	175.874	38,8%
Lucro Operacional	186.158	151.952	22,5%
EBITDA	315.074	266.608	18,2%
Lucro Líquido	76.017	52.342	45,2%
Dívida Líquida	399.442	451.393	-11,5%
Patrimônio Líquido	262.366	184.111	43,5%
Margens			
Margem Bruta (sem ativo biológico)	31,0%	27,7%	3,3 p.p.
Margem Operacional Ajustada	24,6%	23,4%	1,1 p.p.
Margem EBITDA Ajustada	41,0%	41,1%	-0,2 p.p.
Margem Líquida	9,7%	8,1%	1,6 p.p.

Estratégias e Perspectivas:

Econômicos e Financeiras:

Nos últimos anos, a gestão financeira da nossa empresa passou por uma significativa evolução, refletida especialmente na gestão do nosso endividamento.

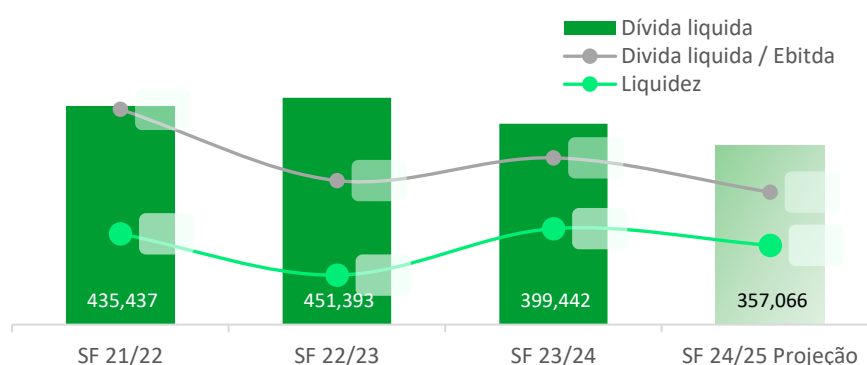
Uma das principais estratégias foi a diversificação das fontes de financiamento. Ao buscar alternativas, reduzimos nossa exposição à volatilidade cambial e garantimos uma base mais estável para nosso endividamento. Isso nos permitiu captar recursos em moeda local, aproveitando as condições favoráveis do mercado interno.

Além disso, implementamos políticas de gestão de riscos mais robustas, monitorando de perto as oscilações cambiais e ajustando nossa estratégia de captação de acordo com as condições do mercado. Essa abordagem proativa nos permitiu aproveitar oportunidades de refinanciamento em momentos estratégicos, reduzindo custos e otimizando nossa estrutura de capital.

Como resultado dessas iniciativas, conseguimos não apenas estabilizar nosso endividamento em dólar, mas também reduzir gradualmente nossa exposição, tornando-nos menos vulneráveis às flutuações do câmbio. Paralelamente, a gestão responsável das finanças da empresa nos permitiu manter um nível saudável de endividamento em reais, alinhado com nossas metas de crescimento e sustentabilidade.

Em resumo, a evolução do nosso endividamento nos últimos anos reflete o compromisso da empresa com a gestão financeira prudente e estratégica. Por meio de uma abordagem proativa, diversificada e orientada para mitigar riscos, conseguimos fortalecer nossa posição no mercado e criar uma base sólida para o crescimento futuro.

Nos últimos períodos contábeis, temos observado uma melhora consistente nos índices de liquidez da nossa empresa, refletindo uma gestão financeira sólida e eficaz. Esses índices são indicadores-chave da capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo e manter suas operações de forma saudável.



Queremos destacar, o índice de liquidez, que tem se mantido como um pilar essencial para a saúde financeira da empresa. Esse indicador, que avalia a capacidade de uma organização de honrar suas obrigações de curto prazo com seus ativos disponíveis, é um reflexo direto da sua solidez financeira e gestão eficaz dos recursos.

No último período, queremos destacar que nosso índice de liquidez foi superior ao patamar de 1,00, indicando uma posição financeira favorável. Esse resultado é fruto de uma estratégia de gestão prudente e focada no equilíbrio entre investimentos, financiamentos e operações do dia a dia.

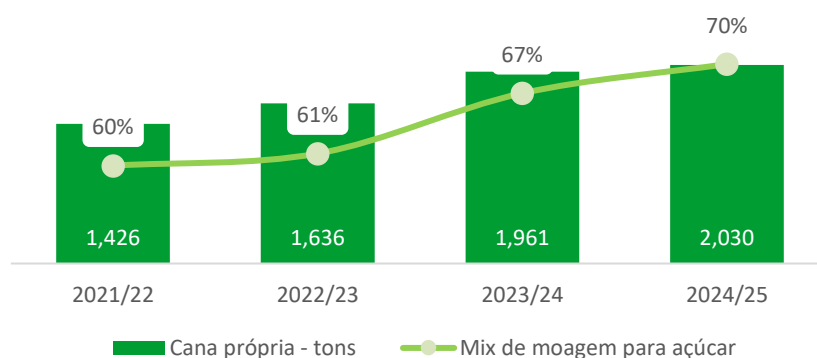
Manter o índice de liquidez acima de 1,00 não apenas tranquiliza nossos stakeholders, mas também fortalece nossa capacidade de enfrentar desafios financeiros inesperados. Com essa margem de segurança, estamos em uma posição sólida para aproveitar oportunidades de crescimento e garantir a continuidade das nossas operações mesmo diante de cenários adversos.

É importante ressaltar que esse sucesso não é apenas um reflexo de números, mas sim do comprometimento de toda a equipe em adotar práticas responsáveis de gestão financeira. A transparência, a eficiência operacional e a busca contínua por melhorias são os pilares que sustentam nosso desempenho financeiro e impulsionam nossa jornada rumo à excelência.

À medida que seguimos adiante, reafirmamos nosso compromisso em manter um índice de liquidez robusto, pois entendemos que ele é não apenas um indicador de estabilidade financeira, mas também um escudo contra incertezas futuras. Com essa base sólida, estamos confiantes em nossa capacidade de enfrentar qualquer desafio e alcançar nossos objetivos estratégicos com sucesso.

Operacionais:

Para a safra 2024/2025, devido às condições climáticas adversas que afetaram nossa região, enfrentamos desafios inesperados. Esses eventos climáticos impactaram nossa capacidade de produção e nos obrigaram a reavaliar nossas metas iniciais, mesmo assim estamos bastante otimistas em relação à nossa produção de cana-de-açúcar. Nossas projeções indicam um volume de cerca de 2,9 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 4% em comparação com os resultados da safra anterior (2023/2024).



É com satisfação que compartilhamos outro marco significativo: o expressivo aumento no percentual de cana-de-açúcar própria. Este crescimento representa não apenas um avanço quantitativo, mas também um aprofundamento do nosso compromisso com a qualidade e a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva.

Com uma maior proporção de cana própria, temos a vantagem estratégica de exercer um controle mais efetivo sobre todo o processo de produção, desde o plantio até o produto final. Isso nos permite otimizar custos, garantir a qualidade dos insumos e fortalecer a nossa posição no mercado. Além disso, esse aumento na produção interna é um reflexo do nosso comprometimento com práticas agrícolas responsáveis e da nossa visão de longo prazo para um futuro mais sustentável.

Associado a esse crescimento na produção de cana-de-açúcar, nossa empresa também alcançou um mix de açúcar expressivo. A diversificação dos nossos produtos, aliada à eficiência operacional, nos posiciona de forma competitiva em um mercado dinâmico e em constante evolução. Essa capacidade de adaptação e inovação é fundamental para sustentar o nosso crescimento e atender às demandas dos nossos clientes, sempre buscando a excelência em todos os aspectos do nosso negócio.

Essas estimativas refletem nosso compromisso contínuo com a excelência e a inovação em nossa produção de cana-de-açúcar. Estamos ansiosos para colher os frutos desses esforços e contribuir positivamente para o sucesso e o crescimento de nossa empresa no próximo ciclo de safra.

Para alcançar esses objetivos desafiadores, já implementamos uma série de ações estratégicas. Nossa equipe dedicada tem trabalhado arduamente para otimizar nossos processos operacionais, visando maximizar a eficiência e a produtividade em todos os níveis.

Investimos em tecnologia de ponta para aprimorar nossas operações e garantir uma moagem eficiente e precisa. Além disso, realizamos melhorias substanciais em nossas práticas agrícolas, implementando técnicas inovadoras de cultivo e manejo, a fim de aumentar a produtividade da cana e garantir um fornecimento estável e de qualidade.

Também priorizamos a capacitação e o desenvolvimento de nossa equipe, investindo em treinamentos especializados e promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador. Acreditamos que uma equipe engajada e bem-preparada é fundamental para alcançar resultados excepcionais.

Estamos confiantes de que, com todas essas ações em prática, estamos preparados para superar nossas próprias expectativas e alcançar resultados surpreendentes na safra 2024/2025. Nosso compromisso com a excelência e nossa determinação em enfrentar desafios nos colocam em uma posição favorável para aproveitar ao máximo as oportunidades do mercado financeiro.

Para impulsionar ainda mais nossos processos de produção, estamos focados na expansão do tratamento térmico de mudas por meio da implementação de viveiros modernos e eficientes. Reconhecemos a importância dessa técnica avançada para garantir o desenvolvimento saudável e vigoroso das mudas, resultando em um canavial de alta qualidade e produtivo.

A Companhia realizou recentemente um investimento estratégico na aquisição de 4 (quatro) ternos de moenda 42 x 78", equipamentos de última geração que permitirão a aprovação de seu crescimento e a consolidação de sua posição de destaque no mercado sucroenergético. Com essa aquisição, a usina aumentará sua capacidade de processamento para mais de 3 (três) milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, permitindo um aumento significativo na produção de açúcar e etanol.

Com esse movimento, a empresa demonstra sua disposição em investir em tecnologia de ponta e em aumentar sua eficiência operacional, consolidando ainda mais sua posição de liderança no mercado.

Essa decisão estratégica reforça a visão da empresa em crescer de forma sustentável, oferecendo aos seus clientes produtos de alta qualidade e expandindo sua participação no mercado sucroenergético de forma responsável e rentável.

MENSAGEM FINAL DA DIREÇÃO

Na Companhia, nossa equipe talentosa está focada em superar desafios e alcançar novos recordes de produtividade e rentabilidade. Com uma visão de futuro clara e um compromisso inabalável com a segurança, estamos certos de maximizar nossos ativos e gerar resultados superiores. Nossa abordagem estratégica disciplinada, combinada com a dedicação de nossa equipe, nos permite criar valor de forma consistente para nossos investidores e stakeholders. Junte-se a nós em nossa jornada rumo a um futuro promissor."

Permanecemos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Catanduva, 31 de maio de 2024.

A diretoria

Antonio Luiz Giro
CRC 1SP176605/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.
Catanduva – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 11 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	100.283	19.984	102.141	21.436	Fornecedores	18	45.021	33.954	33.305	22.154
Contas a receber de clientes	9	6.739	84	7.341	760	Empréstimos e financiamentos	19	108.181	205.648	111.680	212.617
Estoques	10	88.720	84.119	89.808	85.451	Arrendamentos a pagar	16	83.378	76.229	83.378	76.229
Ativo biológico	11	114.823	104.313	114.823	104.313	Impostos e contribuições a recolher		2.654	1.016	2.753	1.118
Adiantamento a fornecedores	12	10.883	15.219	10.883	15.247	Salários, férias e encargos sociais a pagar	20	12.620	10.741	12.698	10.806
Impostos a recuperar	13	9.310	16.379	9.310	16.379	Impostos parcelados	21	6.218	9.658	6.218	9.658
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.099	3.143	1.099	3.143	Adiantamentos de clientes	22	29.618	29.098	29.618	29.098
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.203	5.515	2.203	5.515	Outras contas a pagar		2.639	204	2.655	212
Outras contas a receber		522	431	1.083	991						
Total do ativo circulante		334.582	249.187	338.691	253.235	Total do passivo circulante		290.329	366.548	282.305	361.892
Não circulante						Não circulante					
Impostos a recuperar	13	5.627	1.923	5.627	1.923	Fornecedores	18	4.774	8.381	4.774	8.381
Depósitos judiciais	24	1.454	756	1.454	756	Adiantamentos de clientes	22	48.000	-	48.000	-
Total do realizável a longo prazo		7.081	2.679	7.081	2.679	Empréstimos e financiamentos	19	387.634	259.610	389.903	260.212
Investimentos	14	12.243	10.421	-	-	Arrendamentos a pagar	16	231.572	199.942	231.572	199.942
Outros investimentos		93	93	93	93	Impostos parcelados	21	2.050	6.846	2.050	6.846
Propriedade para investimento	15	133.660	133.829	133.660	133.829	Tributos diferidos	23	105.424	88.585	105.425	88.586
Direito de uso	16	323.630	295.316	323.630	295.316	Total do passivo não circulante		779.454	563.364	781.724	563.967
Imobilizado	17	520.827	422.470	523.240	424.818	Total do passivo		1.069.783	929.912	1.064.029	925.859
Total do ativo não circulante		997.534	864.808	987.704	856.735	Patrimônio líquido	25				
						Capital social		131.700	131.700	131.700	131.700
						Reserva de capital		11.101	11.101	11.101	11.101
						Reserva legal		4.360	2.717	4.360	2.717
						Reserva de reavaliação		-	1.502	-	1.502
						Ajuste de avaliação patrimonial		85.829	82.224	85.829	82.224
						Reserva de lucros		29.343	-	29.343	-
						Prejuízos acumulados		-	(45.161)	-	(45.161)
						Total do patrimônio líquido		262.333	184.083	262.333	184.083
						Participação de não controladores		-	-	33	28
						Total do patrimônio líquido		262.333	184.083	262.366	184.111
Total do ativo		1.332.116	1.113.995	1.326.395	1.109.970	Total do passivo e patrimônio líquido		1.332.116	1.113.995	1.326.395	1.109.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	27	762.481	621.686	785.488	648.155
Mudança no valor justo de ativo biológico	11	(1.931)	(3.639)	(1.931)	(3.639)
Custos dos produtos e serviços vendidos	28	(521.754)	(446.791)	(539.459)	(468.642)
Lucro bruto		238.796	171.256	244.098	175.874
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	28	(48.525)	(27.492)	(48.525)	(27.492)
Despesas gerais e administrativas	28	(26.295)	(20.301)	(26.527)	(20.546)
Outras despesas e receitas operacionais	28	17.112	24.116	17.112	24.116
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		181.088	147.579	186.158	151.952
Receitas financeiras	29	47.836	11.168	48.208	11.334
Despesas financeiras	29	(130.713)	(80.238)	(131.719)	(82.213)
Variação cambial líquida	29	(3.124)	(6.606)	(3.124)	(6.606)
Resultado financeiro líquido		(86.001)	(75.676)	(86.635)	(77.485)
Resultado da equivalência patrimonial	14	3.305	1.553	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		98.392	73.456	99.523	74.467
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(7.665)	-	(8.787)	(1.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(14.719)	(21.118)	(14.719)	(21.118)
Resultado do exercício		76.008	52.338	76.017	52.342
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		76.008	52.338	76.008	52.338
Acionistas não controladores		-	-	9	4
Resultado do exercício		76.008	52.338	76.017	52.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício		76.008	52.338	76.017	52.342
Outros resultados abrangentes					
Constituição da reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	4.115	(9.536)	4.115	(9.536)
Resultado abrangente do período		<u>80.123</u>	<u>42.802</u>	<u>80.132</u>	<u>42.806</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores				80.123	42.802
Acionistas não controladores				<u>9</u>	<u>4</u>
Resultado abrangente do período				<u>80.132</u>	<u>42.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial			Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total	
					Reserva de reavaliação	Custo atribuído	Hedge accounting						Ajuste de propriedade para investimentos
Saldos em 31 de março de 2022		131.700	22	2.717	3.347	34.804	(16.693)	74.151	-	(88.767)	141.281	24	141.305
Crédito Outorgado - Convenio ICMS 116/2022		-	11.079	-	-	-	-	-	-	(11.079)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(1.845)	-	-	-	-	1.845	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(502)	-	-	-	502	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	(9.536)	-	-	(9.536)	-	-	(9.536)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	52.338	52.338	4	-	52.342
Saldos em 31 de março de 2023		131.700	11.101	2.717	1.502	34.302	(26.229)	74.151	-	(45.161)	184.083	28	184.111
Realização da reserva de reavaliação		-	-	-	(1.502)	-	-	-	1.502	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(510)	-	-	510	-	-	-	-
(Constituição) realização de reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	26	-	-	-	-	-	4.115	-	-	4.115	-	-	4.115
Distribuição de dividendos conforme (AGO de 25 de julho de 2023)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	76.008	76.008	9	-	76.017
Destinações do resultado do exercício:													
Reserva legal		-	-	1.643	-	-	-	-	(1.643)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(1.873)	(1.873)	-	-	(1.873)
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	-	29.343	(29.343)	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2024		131.700	11.101	4.360	-	33.792	(22.114)	74.151	29.343	-	262.333	33	262.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		76.008	52.338	76.017	52.342
Ajuste para:					
Depreciação - Bens tangíveis	17	18.780	15.799	18.862	15.879
Amortização da lavoura de cana	17	43.575	39.474	43.575	39.474
Amortização do direito de uso de arrendamentos	16	96.270	96.802	96.270	96.802
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	1.931	3.639	1.931	3.639
Instrumentos financeiro derivativos	26	3.312	(5.515)	3.312	(5.515)
Redução do ativo biológico devido a colheita	11	77.984	67.829	77.984	67.829
Resultado da equivalência patrimonial	14	(3.305)	(1.553)	-	-
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	29	57.181	53.379	58.157	55.312
Variação cambial sobre o contas a receber	29	120	(2.842)	120	(2.842)
Juros sobre arrendamentos e parcerias a pagar	16	30.342	25.421	30.342	25.421
Resultado da venda de ativo imobilizado	17	623	370	623	370
Ganho de valor justo de propriedade para investimento	15	169	(4.529)	169	(4.529)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	22.384	21.118	23.506	22.125
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(6.775)	5.964	(6.701)	5.783
Estoques		(4.601)	(6.974)	(4.357)	(7.431)
Adiantamentos a fornecedores		4.336	2.611	4.364	2.583
Impostos a recuperar		5.409	(7.809)	5.409	(7.809)
Outras contas a receber		(91)	(67)	(92)	(575)
Depósitos judiciais		(698)	720	(698)	720
Fornecedores		7.460	(4.390)	7.544	812
Impostos e contribuições a recolher		1.638	(7.313)	1.538	(7.314)
Impostos parcelados		(8.236)	1.988	(8.236)	1.988
Salários, férias e encargos sociais a pagar		1.879	1.521	1.892	1.531
Adiantamentos de clientes		48.520	18.240	48.520	18.240
Outras contas a pagar		2.435	84	2.443	55
Caixa gerado nas atividades operacionais		476.650	366.305	482.494	374.890
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19	(54.738)	(47.263)	(55.738)	(49.233)
Juros pagos de arrendamentos a pagar	16	(30.342)	(25.421)	(30.342)	(25.421)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(7.665)	-	(8.690)	(1.007)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		383.905	293.621	387.724	299.229
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos	14	1.483	312	-	-
Aquisição de ativos biológicos	11	(90.425)	(77.983)	(90.425)	(77.983)
Aquisição de imobilizado	17	(161.335)	(131.632)	(161.482)	(131.648)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		(250.277)	(209.303)	(251.907)	(209.631)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	283.979	88.786	283.979	88.786
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19	(249.630)	(102.302)	(251.409)	(108.693)
Pagamentos de arrendamentos	16	(85.805)	(85.027)	(85.805)	(85.027)
Pagamentos de dividendos		(1.873)	-	(1.877)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(53.329)	(98.543)	(55.112)	(104.934)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		80.299	(14.225)	80.705	(15.336)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	19.984	34.209	21.436	36.772
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	100.283	19.984	102.141	21.436
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		80.299	(14.225)	80.705	(15.336)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A., domiciliada no Brasil, com sede em Catanduva na Rodovia Vicente Sanchez, KM 7 - SP tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e derivados, bem como a exploração agrícola da cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros.

Aproximadamente 71% (76% em 2023) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas e de parcerias agrícolas e 29% (24% em 2023) de fornecedores terceiros, adquiridas em condições normais de mercado. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

O exercício social da Companhia compreende o período de 01 de abril a 31 de março.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da Companhia e sua controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A., conforme participação destacada abaixo.

Controlada	País	Participação Acionária	
		2024	2023
Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.	Brasil	99,72%	99,72%

A controlada Posto Usina São Domingos - Comércio de Combustíveis e Serviços S.A. tem por objeto social preponderante o comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 11 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 - prazo do arrendamento: se a Companhia e sua controlada têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa nº 22 - Tributos diferidos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 22 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico;
- Nota explicativa nº 16 - Arrendamentos a pagar e Direito de uso - determinação do prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação e; determinação da taxa de desconto dos passivos de arrendamento;
- Nota explicativa nº 6 (g) - Definição da vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa nº 11 - Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e sua controlada adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de

políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 7 Políticas contábeis materiais (2023: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, assim como as de coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

b. Receita

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o conseqüente reconhecimento da receita.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados durante a safra seguinte.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	Vidas úteis
Edifícios e benfeitorias	10 a 30 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	2 a 20 anos
Veículos, máquinas e implementos agrícolas	4 a 10 anos
Móveis e utensílios	4 a 10 anos
Outros	4 a 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h. Propriedade para investimentos

Propriedades para investimentos referem-se aos terrenos urbanos e glebas de terra.

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação e, posteriormente, são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de preço de commodities.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vi) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em Estatuto são reconhecidos como passivo.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas Remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterou sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano.

m. CBIOS

O RenovaBio foi instituído pela Lei nº 13.576/2017 e constitui a Política Nacional de Biocombustíveis. Foi criado, para, entre outros objetivos, contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Os produtores de biocombustíveis devem certificar seus processos de produção. De acordo com os níveis de eficiência em relação às emissões durante seu processo produtivo os produtores geram Créditos de Descarbonização (CBIO). Cada CBIOS corresponde a 1 ton. de CO₂ cuja emissão foi evitada. Estes títulos são ativos financeiros, e após sua escrituração são comercializados em mercado organizado na B3.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias, estabelecidas pela ANP (Agência Nacional de Petróleo), por meio da compra e aposentadoria de CBIOS.

Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía 120 Créditos de Descarbonização (CBIOS) emitidos e ainda não comercializados. Durante o exercício, foram comercializados 87.438 mil CBIOS, classificados na receita operacional.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2023. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 18 e 31, a Companhia possui empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

(iii) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos - no Brasil	2.133	644	2.484	920
Caixa e Bancos - no Exterior (dólar norte-americano)	49	-	49	-
Aplicações financeiras	98.101	19.340	99.608	20.516
Total	100.283	19.984	102.141	21.436

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDB), com remuneração média de 100% de Índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (idêntico em 2023).

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia, sendo que estes ativos financeiros apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No país	7.035	380	7.637	1.056
(-) Perdas esperadas em créditos com clientes	(296)	(296)	(296)	(296)
Total	6.739	84	7.341	760

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2024
A vencer	6.641	15	7.243	691
Vencidos:				
Até 30 dias	98	64	98	64
Acima de 60 dias	296	301	296	301
	7.035	380	7.637	1.056

A exposição do Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos Financeiros.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	5.647	1.036	5.647	1.036
Produtos para revenda	-	-	1.088	1.332
Manutenção entressafra	72.627	71.955	72.627	71.955
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	10.993	11.686	10.993	11.686
Provisão para estoques obsoletos	(547)	(558)	(547)	(558)
Total	88.720	84.119	89.808	85.451

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, atendendo assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, onde os seus ativos biológicos representados por cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 1º de abril de 2022	97.798
Aumento devido a tratos culturais	77.983
Diminuição devido ao consumo	(67.829)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(3.639)
Saldo em 31 de março de 2023	104.313
Saldos em 1º de abril de 2023	104.313
Aumento devido a tratos culturais	90.425
Diminuição devido ao consumo	(77.984)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.931)
Saldo em 31 de março de 2024	114.823

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e

- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. O valor justo dos ativos biológicos é classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo e as seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	22.813	21.205
Produtividade prevista (tons de cana/hectares) (ii)	92,36	89,47
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) (i)	138,60	137,82
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,1646	1,3118

- (i) As condições climáticas favoráveis influenciaram na produtividade média, no entanto essa condição apresentou uma relação inversamente proporcional entre o volume de água e a concentração de açúcares na planta, o índice de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR).
- (ii) Produtividade maior decorrente da condição climática favorável na região.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

- **Riscos regulatórios e ambientais**

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

- **Risco de oferta e demanda**

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

- **Riscos climáticos e outros**

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

- **Análise de sensibilidade**

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos dos seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.274. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 5.216.

12 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Antecipações a terceiros	8.465	12.864	8.465	12.864
Adiantamento a fornecedores diversos	2.418	2.355	2.418	2.383
	10.883	15.219	10.883	15.247

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
COFINS	35	3.299	35	3.299
ICMS sobre ativo fixo	5.027	2.870	5.027	2.870
IPI	194	194	194	194
PIS	11	719	11	719
ICMS a recuperar	8.863	10.747	8.863	10.747
Reintegra	15	-	15	-
Outros tributos	792	473	792	473
Total	14.937	18.302	14.937	18.302
Circulante	9.310	16.379	9.310	16.379
Não circulante	5.627	1.923	5.627	1.923

14 Investimentos – Controladora

a. Composição dos saldos

O saldo é composto unicamente pela participação no **Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.**

	31/03/2024	31/03/2023
Participação	99,7244%	99,7244%
Quantidade de ações	7.977.954	7.977.954
Ativos Circulantes	16.104	16.840
Ativos não circulantes	2.413	2.348
Total de ativos	18.517	19.188
Passivos circulantes	3.971	8.135
Passivos não circulantes	2.270	603
Total de passivos	6.241	8.738
Patrimônio Líquido	12.276	10.450
Receitas	69.172	65.984
Despesas	(65.858)	(64.427)
Lucro do exercício	3.314	1.557
Equivalência patrimonial	3.305	1.553
Distribuição de dividendos	(1.488)	(312)

15 Propriedade para investimentos

Em 26 de novembro de 2019 os acionistas da Companhia deliberaram pela implantação de um empreendimento residencial, composto por um loteamento urbano através da segregação de um imóvel rural pertencente a Companhia. Para tanto, a administração contratou a Age Engenharia e Consultoria, empresa especializada em avaliações e com base em Laudo técnico, identificou para o empreendimento o valor justo de R\$ 118.525, sendo que a mesma empresa atualizou o laudo em 31 de março de 2024 para R\$ 133.660 e 2023 R\$ 133.829.

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as glebas de terras e os terrenos foram avaliadas com base no “Método Comparativo de Dados de Mercado”, através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região. Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.

16 Direito de uso e Arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o exercício foi a seguinte:

Direito de uso:

	Máquinas agrícolas	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 1º de abril de 2022	4.397	241.105	68.419	313.921
Novos contratos	-	69.680	23.507	93.187
Remensurações	-	(14.243)	(747)	(14.990)
Amortização	(2.826)	(69.295)	(24.681)	(96.802)
Saldos em 31 de março de 2023	1.571	227.247	66.498	295.316
Saldos em 1º de abril de 2023	1.571	227.247	66.498	295.316
Novos contratos	-	124.250	13.925	138.175
Remensurações	-	(18.832)	5.241	(13.591)
Amortização	(785)	(71.510)	(23.975)	(96.270)
Saldos em 31 de março de 2024	786	261.155	61.689	323.630

Passivo de arrendamento:

	Controladora e consolidado		
	Passivo de arrendamento (fluxo futuro)	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldos em 1º de abril de 2022	352.635	(69.634)	283.001
Novos contratos	125.137	(31.950)	93.187
Remensurações	(2.506)	(12.484)	(14.990)
Pagamentos realizados	(85.027)	-	(85.027)
Pagamentos de juros	(25.421)	-	(25.421)
Apropriação encargos financeiros	-	25.421	25.421
Saldos em 31 de março de 2023	364.818	(88.647)	276.171
Saldos em 1º de abril de 2023	364.818	(88.647)	276.171
Novos contratos	180.944	(42.769)	138.175
Remensurações	(19.188)	5.597	(13.591)
Pagamentos realizados	(85.805)	-	(85.805)
Pagamentos de juros	(30.342)	-	(30.342)
Apropriação encargos financeiros	-	30.342	30.342
Saldos em 31 de março de 2024	410.427	(95.477)	314.950
Circulante	113.674	(30.296)	83.378
Não circulante	296.753	(65.181)	231.572

17 Imobilizado

a. Controladora

Controladora	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2022									
Custo total	45.388	235.201	76.024	6.743	1.691	51.580	212.476	3.441	632.544
Depreciação acumulada	(31.905)	(174.770)	(51.566)	(5.376)	(255)	-	(22.191)	-	(286.063)
Saldo residual	13.483	60.431	24.458	1.367	1.436	51.580	190.285	3.441	346.481
Adições	-	4.016	23.167	368	78	-	85.236	18.767	131.632
Baixas	-	(1)	(355)	-	-	-	-	(14)	(370)
Transferências	306	2.936	966	-	-	-	-	(4.208)	-
Depreciações	(1.269)	(7.408)	(6.701)	(420)	(1)	-	(39.474)	-	(55.273)
Saldo em 31 de março de 2023	12.520	59.974	41.535	1.315	1.513	51.580	236.047	17.986	422.470
Saldo em 31 de março de 2023									
Custo total	45.694	240.978	99.521	7.037	1.769	51.580	259.023	17.986	723.588
Depreciação acumulada	(33.174)	(181.004)	(57.986)	(5.722)	(256)	-	(22.976)	-	(301.118)
Saldo residual	12.520	59.974	41.535	1.315	1.513	51.580	236.047	17.986	422.470
Adições	5	1.673	12.482	441	798	-	93.714	52.222	161.335
Baixas	(211)	1	(393)	(2)	-	-	-	(18)	(623)
Transferências	-	19.108	791	-	-	-	-	(19.899)	-
Depreciações	(1.106)	(9.306)	(7.886)	(481)	(1)	-	(43.575)	-	(62.355)
Saldo em 31 de março de 2024	11.208	71.450	46.529	1.273	2.310	51.580	286.186	50.291	520.827

Consolidado

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2022									
Custo total	48.955	235.945	76.024	6.929	1.691	51.580	212.476	3.441	637.041
Depreciação acumulada	(33.118)	(175.498)	(51.566)	(5.520)	(255)	-	(22.191)	-	(288.148)
Saldo residual	15.837	60.447	24.458	1.409	1.436	51.580	190.285	3.441	348.893
Adições	-	4.016	23.183	368	78	-	85.236	18.767	131.648
Baixas	-	(1)	(355)	-	-	-	-	(14)	(370)
Transferências	306	2.936	966	-	-	-	-	(4.208)	-
Depreciações	(1.331)	(7.415)	(6.701)	(431)	(1)	-	(39.474)	-	(55.353)
Saldo em 31 de março de 2023	14.812	59.983	41.551	1.346	1.513	51.580	236.047	17.986	424.818

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Veículos, instalações e máquinas	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Terrenos	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de março de 2023									
Custo total	49.261	241.722	99.537	7.221	1.769	51.580	259.023	17.986	728.099
Depreciação acumulada	(34.449)	(181.739)	(57.986)	(5.875)	(256)	-	(22.976)	-	(303.281)
Saldo residual	14.812	59.983	41.551	1.346	1.513	51.580	236.047	17.986	424.818
Adições	5	1.820	12.482	441	798	-	93.714	52.222	161.482
Baixas	(211)	1	(393)	(2)	-	-	-	(18)	(623)
Transferências	-	19.108	791	-	-	-	-	(19.899)	-
Depreciações	(1.168)	(9.316)	(7.886)	(491)	(1)	-	(43.575)	-	(62.437)
Saldo em 31 de março de 2024	13.438	71.596	46.545	1.294	2.310	51.580	286.186	50.291	523.240

Em 31 de março de 2024 os terrenos com valor contábil de R\$ 51.580 (mesmo valor em 2023) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários, conforme nota explicativa nº 19.

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 a Companhia e sua controlada não identificaram a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores diversos	32.032	26.980	32.311	27.972
Fornecedores cana-de-açúcar	5.768	2.563	5.768	2.563
Fornecedor Partes Relacionadas (nota explicativa 26)	11.995	12.792	-	-
	<u>49.795</u>	<u>42.335</u>	<u>38.079</u>	<u>30.535</u>
Circulante	45.021	33.954	33.305	22.154
Não circulante	<u>4.774</u>	<u>8.381</u>	<u>4.774</u>	<u>8.381</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 26. Em 31 de março de 2024 não há contas a pagar vencidas e não pagas.

19 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da controladora Usina São Domingos Açúcar e Etanol S.A, e o consolidado juntamente com sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

A Nota explicativa nº 26 divulga informações adicionais com relação à exposição aos riscos de taxa de juros e moeda.

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Controladora	
			2024	2023
Moeda nacional				
Finame	2031	13,87%	28.383	21.980
Capital de giro	2031	13,92%	171.634	180.919
CRA	2030	14,65%	101.206	-
			<u>301.223</u>	<u>202.899</u>
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	8,33%	162.041	231.190
ACC	2025	10,44%	32.551	31.169
			<u>194.592</u>	<u>262.359</u>
		12,01%	<u>495.815</u>	<u>465.258</u>
Circulante			108.181	205.648
Não circulante			<u>387.634</u>	<u>259.610</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2024	2023
01/04/2024 a 31/03/2025	-	53.360
01/04/2025 a 31/03/2026	110.639	66.285
01/04/2026 a 31/03/2027	101.587	67.842
01/04/2027 a 31/03/2028	97.481	67.469
01/04/2028 a 31/03/2029	32.350	2.327
01/04/2029 a 31/03/2030	31.327	2.327
01/04/2030 a 31/03/2031	9.000	-
01/04/2031 a 31/03/2032	5.250	-
	<u>387.634</u>	<u>259.610</u>

Modalidade	Vencimentos	Taxa	Consolidado	
			2024	2023
Moeda nacional				
Finame	2031	13,87%	28.383	21.980
Capital de giro	2031	13,94%	177.402	188.490
CRA	2030	14,65%	101.206	-
			<u>306.991</u>	<u>210.470</u>
Moeda estrangeira				
Pré-Pagamento	2027	8,33%	162.041	231.190
ACC	2025	10,44%	32.551	31.169
			<u>194.592</u>	<u>262.359</u>
		12,04%	<u>501.583</u>	<u>472.829</u>
Circulante			111.680	212.617
Não circulante			389.903	260.212

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2024	2023
01/04/2024 a 31/03/2025	-	53.962
01/04/2025 a 31/03/2026	112.908	66.285
01/04/2026 a 31/03/2027	101.587	67.842
01/04/2027 a 31/03/2028	97.481	67.469
01/04/2028 a 31/03/2029	32.350	2.327
01/04/2029 a 31/03/2030	31.327	2.327
01/04/2030 a 31/03/2031	9.000	-
01/04/2031 a 31/03/2032	5.250	-
	<u>389.903</u>	<u>260.212</u>

a. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por hipotecas de terras, alienação fiduciária dos bens do parque industrial, penhor mercantil de estoques de produtos acabados e avais de diretores.

b. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros (*covenants*).

No encerramento do exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia não atendeu determinados indicadores contratuais de empréstimos e financiamentos junto ao Banco do Brasil S.A, Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., e Banco Bradesco S.A, o que possibilitaria aos credores exigir antecipadamente o pagamento de empréstimos e financiamentos.

Diante deste cenário a Companhia manteve o referido valor registrado no passivo não circulante por ter obtido das instituições financeiras mencionadas acima, as dispensas de exigibilidade (*“waivers”*) do cumprimento dessas cláusulas restritivas antes da data destas demonstrações financeiras.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o exercício:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	465.258	458.210
Captações	283.979	88.786
Provisão de encargos	54.177	43.931
Amortização do principal	(249.630)	(102.302)
Pagamento de juros	(54.738)	(47.263)
Variação cambial	(3.231)	23.896
Saldo final	495.815	465.258

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	472.829	472.209
Captações	283.979	88.786
Provisão de encargos	55.153	45.864
Amortização do principal	(251.409)	(108.693)
Pagamento de juros	(55.738)	(49.233)
Variação cambial	(3.231)	23.896
Saldo final	501.583	472.829

Em 31 de março de 2024, do montante de receita de R\$ 3.231 (31 de março de 2023, despesa de R\$ 23.896), registrado nos empréstimos e financiamentos como variação cambial, R\$ 3.004 de despesa (31 de março de 2023, despesa R\$ 9.448), foram registrados no resultado financeiro e receita de R\$ 6.235 (31 de março de 2023, despesa de R\$ 14.448) foram registrados no patrimônio líquido a título de (Constituição) realização de hedge accounting.

20 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e ordenados	2.609	2.248	2.624	2.261
INSS	1.205	1.028	1.205	1.029
FGTS	476	362	479	364
INSS sobre folha	738	655	754	668
Provisões de férias e 13º salário	7.503	6.404	7.547	6.440
Outros	89	44	89	44
	<u>12.620</u>	<u>10.741</u>	<u>12.698</u>	<u>10.806</u>

21 Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS	549	23	549	23
CSLL	513	644	513	644
ICMS	7.056	14.741	7.056	14.741
COFINS	-	37	-	37
INSS	150	1.059	150	1.059
Total	<u>8.268</u>	<u>16.504</u>	<u>8.268</u>	<u>16.504</u>
Passivo circulante	6.218	9.658	6.218	9.658
Passivo não circulante	2.050	6.846	2.050	6.846

22 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes de açúcar	76.312	57	76.312	57
Clientes de etanol	378	-	378	-
Clientes de energia	-	27.737	-	27.737
Outros	928	1.304	928	1.304
Total	<u>77.618</u>	<u>29.098</u>	<u>77.618</u>	<u>29.098</u>
Passivo circulante	29.618	29.098	29.618	29.098
Passivo não circulante	48.000	-	48.000	-

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Controladora

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/03/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	-	-	24.335
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	-	-	8.761
Hedge accounting	8.600	-	4.912	13.512	13.512	-	(2.120)	11.392
Outros	1.442	(1.552)	-	(110)	(110)	1.060	-	950
Ativo biológico - valor justo	(10.189)	1.237	-	(8.952)	(8.952)	657	-	(8.295)
Lavoura de cana - diferença de taxas	(12.654)	531	-	(12.123)	(12.123)	2.186	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.773)	259	-	(16.514)	(16.514)	263	-	(16.251)
Realização reserva de reavaliação	(12.845)	951	-	(11.894)	(11.894)	964	-	(10.930)
Diferença de base fiscal e contábil	(981)	184	-	(797)	(797)	155	-	(642)
CPC 06(R2)	2.681	9.737	-	12.418	12.418	555	-	12.973
Depreciação acelerada incentivada	(21.912)	(30.925)	-	(52.837)	(52.837)	(20.616)	-	(73.453)
Propriedades para investimentos	(42.844)	(1.540)	-	(44.384)	(44.384)	57	-	(44.327)
	(72.379)	(21.118)	4.912	(88.585)	(88.585)	(14.719)	(2.120)	(105.424)

b. Consolidado

A movimentação das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa são demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/03/2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2023	Saldo em 31/03/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda	24.335	-	-	24.335	24.335	-	-	24.335
Base negativa da contribuição social	8.761	-	-	8.761	8.761	-	-	8.761
Hedge accounting	8.600	-	4.912	13.512	13.512	-	(2.120)	11.392
Outros	1.442	(1.552)	-	(110)	(110)	1.060	-	950
Ativo biológico - valor justo	(10.189)	1.237	-	(8.952)	(8.952)	657	-	(8.295)
Lavoura de cana - diferença de taxas	(12.654)	531	-	(12.123)	(12.123)	2.186	-	(9.937)
Imobilizado - custo atribuído - Deemed Cost	(16.773)	259	-	(16.514)	(16.514)	263	-	(16.251)
Realização reserva de reavaliação	(12.846)	951	-	(11.895)	(11.895)	964	-	(10.931)
Diferença de base fiscal e contábil	(981)	184	-	(797)	(797)	155	-	(642)
CPC 06(R2)	2.681	9.737	-	12.418	12.418	555	-	12.973
Depreciação acelerada incentivada	(21.912)	(30.925)	-	(52.837)	(52.837)	(20.616)	-	(73.453)
Propriedades para investimentos	(42.844)	(1.540)	-	(44.384)	(44.384)	57	-	(44.327)
	(72.380)	(21.118)	4.912	(88.586)	(88.586)	(14.719)	(2.120)	(105.425)

A Controladora, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, optou por reconhecer no exercício e em exercícios anteriores o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos Impostos	98.392	73.456	99.523	74.467
(-) Resultado da Equivalência patrimonial	(3.305)	(1.553)	-	-
Base de cálculo combinada	95.087	71.903	99.523	74.467
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(32.330)	(24.447)	(33.838)	(25.319)
Prejuízos fiscais não constituídos	6.701	(2.874)	6.701	(2.874)
Adições e exclusões permanentes				
Adições permanentes	(570)	(1.792)	(570)	(1.792)
Exclusões permanentes	3.436	7.995	3.436	7.995
Incentivos fiscais	354	-	354	-
Outros ajustes	25	-	411	(135)
Imposto de renda e contribuição social do período	(22.384)	(21.118)	(23.506)	(22.125)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.665)	-	(8.787)	(1.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.719)	(21.118)	(14.719)	(21.118)
Alíquota fiscal efetiva	23,5%	29,4%	23,6%	29,7%

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis, apurados até 31 de março de 2024, e não registrados é de R\$ 35.890 (R\$ 42.591 em 2023), em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

24 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Controladora e Consolidado		
	2023	Adições e Reversões	2024
Depósitos judiciais trabalhistas	3.680	(528)	4.208
Provisões constituídas trabalhistas	(3.680)	(182)	(3.498)
Demais depósitos judiciais	756	12	744
Total	756	(698)	1.454

A Companhia e sua controlada possuem ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores quanto às quantias reivindicadas, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas com as ações em curso, sendo o montante total classificado no passivo não circulante.

a. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo de depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingências constituída, em 31 de março de 2024, totaliza R\$ 1.454 (R\$ 756 em 2023) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais" no ativo não circulante.

b. Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes de processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, é no montante de R\$ 15.007 em 31 de março de 2024 (R\$ 10.987 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

c. Direitos em contingências ativas

A Companhia era parte integrante do sistema da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, e diante disso possui direitos sobre os créditos da ação indenizatória de defasagem de preço movida contra a União Federal pela Cooperativa. Os direitos serão reconhecidos pela Companhia à medida que a Cooperativa reconheça as obrigações de repasse junto a Companhia.

Com base nos levantamentos da Cooperativa, a Companhia ainda tem um crédito de aproximadamente R\$ 8.000 (oito milhões de reais) a receber em precatórios.

Portanto, o direito creditório atribuível aos então ex-cooperados que integravam o quadro associativo da Cooperativa no período indenizado não foi registrado e está sendo divulgado naquelas demonstrações financeiras.

Durante o exercício a Companhia recebeu parcelas do valor indenizado no montante de R\$ 13.605 (R\$ 7.588 em 2023) referente a sexta parcela do primeiro precatório e a quinta e sexta parcelas do segundo precatório, líquidos de honorários e impostos, da Ação indenizatória - IAA pela Cooperativa Coopersucar e registrou na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos.

25 Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

Em 31 de março de 2024 o capital social era representado por 131.700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas residentes no país (idêntico em 2023).

	%	Ações
Hélio Zancaner Sanches	39,11%	51.509.638
Evandro Sanchez	39,11%	51.509.638
Vera Lúcia Santiago Sanchez	5,87%	7.726.551
Renato Santiago Sanchez	5,48%	7.218.471
Flávio Sanches	4,16%	5.476.859
Renata Moratelli Sanches Campato	3,48%	4.578.566
Eliana Moratelli Sanches Borsari	2,79%	3.680.277
	100,00%	131.700.000

b. Reserva de capital

Representada pelo ágio pago pelos sócios na subscrição das novas ações sociais do capital.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de bens próprios do ativo imobilizado e de sua controlada, com base em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. As reservas de reavaliação estão sendo realizadas por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. As reservas de reavaliação constituídas em 31 de maio de 2000 e 30 de abril de 2006 decorrentes de bens imóveis foram integralmente capitalizadas, embora não realizadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a reserva de reavaliação não pode ser capitalizada enquanto não realizada.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

- É composto pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e da ICPC 10 e da avaliação a valor justo da propriedade para investimento (conforme descrito na Nota explicativa nº 15), ambos deduzidos do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos. O custo atribuído é realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e o saldo referente a propriedades para investimento será realizado mediante a alienação dos ativos correspondentes.
- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de hedge que ainda não foram incorridas, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante a liquidação do instrumento.

f. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 6% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2024
Resultado do exercício	76.008
Absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores	(45.161)
Realização da reserva de reavaliação	1.502
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	510
Base de cálculo	<u>32.859</u>
Reserva legal – 5%	(1.643)
Base de cálculo – Dividendos	<u>31.216</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 6 %	(1.873)

g. Reserva de lucros

O saldo em 31 de março de 2024 está à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para destinação.

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora 31 de março de 2024	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.182	-	-	-	-
Aplicações financeiras	98.101	-	-	-	98.101	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.203	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	6.739	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	522	-	-	-	-
	98.101	11.646	-	-	98.101	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(49.795)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(495.815)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(314.950)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(77.618)	-	-	-
	-	-	(938.178)	-	-	-

Controladora 31 de março de 2023	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	644	-	-	-	-
Aplicações financeiras	19.340	-	-	-	19.340	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.515	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	84	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	431	-	-	-	-
	19.340	6.674	-	-	19.340	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(42.335)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(465.258)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(276.171)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(29.098)	-	-	-
	-	-	(812.862)	-	-	-

Consolidado 31 de março de 2024	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.533	-	-	-	-
Aplicações financeiras	99.608	-	-	-	99.608	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.203	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	7.341	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.083	-	-	-	-
	99.608	13.160	-	-	99.608	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(38.079)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(501.583)	-	-	-
Arrendamento Passivo	-	-	(314.950)	-	-	-

Consolidado 31 de março de 2024	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Adiantamento de clientes	-	-	(77.618)	-	-	-
	-	-	(932.230)	-	-	-

Consolidado 31 de março de 2023	Valor contábil			Valor justo		
	Valor justo por meio de resultado	Ativos ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	-	920	-	-	-	-
Aplicações financeiras	20.516	-	-	-	20.516	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.515	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	760	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	991	-	-	-	-
	20.516	8.186	-	-	20.516	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Fornecedores	-	-	(30.535)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	(472.829)	-	-	-
Arrendamento passivo	-	-	(276.171)	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	(29.098)	-	-	-
	-	-	(808.633)	-	-	-

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2024.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e de instrumentos financeiros derivativos, conforme apresentado a seguir.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.182	644	2.533	920
Aplicações financeiras	8	98.101	19.340	99.608	20.516
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.203	5.515	2.203	5.515
Contas a receber de clientes	9	6.739	84	7.341	760
Total		109.225	25.583	111.685	27.711

A Companhia e sua controlada têm como política a comercialização mediante a recebimento antecipado mitigando o risco de inadimplência contemplando 90% das vendas realizadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores	18	49.795	42.335	38.079	30.535
Empréstimos e financiamentos	19	495.815	465.258	501.583	472.829
Arrendamentos a pagar	16	314.950	276.171	314.950	276.171
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-
Adiantamento de clientes		77.618	29.098	77.618	29.098
		938.178	812.862	932.230	808.633
Passivo circulante		266.198	344.929	257.981	340.098
Passivo não circulante		671.980	467.933	674.249	468.535

Conforme descrito na Nota explicativa 19 (b), a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas à manutenção de certos indicadores, sendo que a Companhia renegociou as condições determinadas em contrato (*Waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxo contratual			
	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2024				
Fornecedores	49.795	45.021	4.774	-
Empréstimos e financiamentos	495.815	132.704	229.019	195.265
Arrendamento Passivo	314.950	113.673	161.504	135.249
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	77.618	29.618	28.020	19.980
31 de março de 2023				
Fornecedores	42.335	33.954	8.381	-
Empréstimos e financiamentos	465.258	228.765	130.866	155.034
Arrendamento Passivo	276.171	102.500	136.826	125.493
Adiantamento de clientes	29.098	29.098	-	-
Fluxo contratual				

Consolidado	Valor Contábil	até 12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
31 de março de 2024				
Fornecedores	38.079	33.305	4.774	-
Empréstimos e financiamentos	501.583	136.392	231.321	195.265
Arrendamento Passivo	314.950	113.673	161.504	135.249
Adiantamento de clientes	77.618	77.618	-	-
31 de março de 2023				
Fornecedores	30.535	22.154	8.381	-
Empréstimos e financiamentos	472.829	236.008	131.496	155.034
Arrendamento Passivo	276.171	102.500	136.826	125.493
Adiantamento de clientes	29.098	29.098	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia e sua controlada possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e sua controlada e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir volume de produção, bem como, o estabelecimento de contratos futuros de venda junto às tradings. Essa tomada de decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços e oportunidades de mercado.

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir de abril de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com o objetivo de se proteger da volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD x BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como Dívidas em moeda estrangeira (Dólar americano), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Em 31 de março de 2024, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização após esta data no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos de Empréstimos	Curto Prazo	12 meses	24 Meses	36 Meses	Total
PPE	(9.243)	(8.699)	(7.782)	(7.782)	(33.506)
Variação cambial	(9.243)	(8.699)	(7.782)	(7.782)	(33.506)
(-) Tributos diferidos	3.143	2.958	2.646	2.645	11.392
Efeito líquido no patrimônio	(6.100)	(5.741)	(5.136)	(5.137)	(22.114)

Segue a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

	Efeito contábil - Instrumento de Hedge		
	Saldo em 31/03/2023	Saldo não realizado em 31/03/2024	Efeito no Resultado
Não derivativos (variação cambial)	(39.741)	(33.506)	(6.235)
Imposto de renda pessoa jurídica	9.935	8.376	1.559
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.577	3.016	561
Líquido	(26.229)	(22.114)	(4.115)

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A gestão da exposição cambial da Companhia consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que conseqüentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção, sendo que, o *hedge* natural entre os contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para a safra seguinte.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia e sua controlada estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, pré-fixadas e contratando operações de *SWAP* para grande parte das operações indexadas a taxas flutuantes.

Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos

Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) em parte de seus empréstimos tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Exposição a moeda estrangeira

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido à administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme a seguir:

Consolidado	Nota	2024		2023	
		US\$	Reais	US\$	Reais
Empréstimos e financiamentos	19	38.948	194.592	51.641	262.359

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada era composto por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Consolidado	Indexador	Exposição	Risco (%)	Apreciação da taxa	
				Em 25%	Em 50%
Aplicações financeiras	CDI	99.608	10,65%	13.260	15.912
Empréstimos e financiamentos					
Finame	TJLP	28.383	6,67%	2.366	2.840
Capital de giro	CDI	177.402	10,65%	23.617	28.340
ACC	CDI	32.551	10,65%	4.333	5.200
Pré-Pagamento	SOFR	162.041	5,33%	10.796	12.955
				54.372	65.247

Fonte: As informações do CDI foram obtidas na base da Cetip, TJLP na Receita Federal e Libor 6 no BACEN, todas essas com a data-base do último dia útil de março de 2023.

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia e sua controlada é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e sua controlada para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total do passivo	1.069.783	929.912	1.064.029	925.859
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(100.283)	(19.984)	(102.141)	(21.436)
Dívida líquida (A)	969.500	909.928	961.888	904.423
Total do patrimônio líquido (B)	262.333	184.083	262.366	184.111
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	3,7	4,9	3,7	4,9

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Controladora detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e preço.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Hedge comercial	2.203	5.515	2.203	5.515
	2.203	5.515	2.203	5.515

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F.

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia e sua controlada são compostas basicamente pela venda de açúcar, etanol e revenda de óleo diesel.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Açúcar mercado externo	580.797	350.807	580.797	350.807
Etanol	188.403	247.786	188.403	247.786
Energia Elétrica	1.748	3.616	1.748	3.616
Outros	22.645	39.632	45.652	66.101
(-) Impostos sobre vendas	(31.112)	(20.155)	(31.112)	(20.155)
Total	762.481	621.686	785.488	648.155

28 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cana de açúcar (terceiros)	478.719	395.535	478.719	395.535
Salários e encargos	34.759	32.255	35.577	32.973
Fretes e carretos	44.015	24.579	44.015	24.580
Serviços de terceiros	19.493	18.389	19.583	18.465
Depreciação e amortização	8.538	8.851	8.620	8.931
Manutenção e conservação	11.597	14.712	11.676	14.861
Insumos	6.856	7.395	6.856	7.395
Benefícios	4.082	2.868	4.082	2.868
Combustíveis e lubrificantes	4.044	3.179	20.849	24.702
Impostos, taxas e multas	5.168	3.212	5.215	3.267
Pis e cofins sobre outras receitas	605	239	605	239
Outras (despesas) receitas	922	(8.476)	938	(8.426)
Perda (ganho) de valor justo em propriedade para investimento	169	(4.529)	169	(4.529)
Resultado na alienação do imobilizado	37	(322)	37	(322)
Impostos recuperados	(25.937)	(19.831)	(25.937)	(20.387)
Indenização da Ação do IAA (*)	(13.605)	(7.588)	(13.605)	(7.588)
	579.462	470.468	597.399	492.564
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(521.754)	(446.791)	(539.459)	(468.642)
Despesas com vendas	(48.525)	(27.492)	(48.525)	(27.492)
Despesas administrativas e gerais	(26.295)	(20.301)	(26.527)	(20.546)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.112	24.116	17.112	24.116
	(579.462)	(470.468)	(597.399)	(492.564)

(*) Refere-se a precatório recebido da União através da Coopersucar por danos patrimoniais causados a seus cooperados em razão da fixação dos preços de venda do açúcar e do etanol abaixo do custo médio regional de produção na década de 1980.

29 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Juros ativos	1.215	532	1.219	533
Juros sobre aplicações financeiras	3.781	1.414	4.149	1.579
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	42.560	8.388	42.560	8.388
Outros	280	834	280	834
Total	47.836	11.168	48.208	11.334
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(54.177)	(43.931)	(55.153)	(45.864)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(29.173)	(4.072)	(29.173)	(4.072)
Juros sobre passivo de arrendamentos	(30.342)	(25.421)	(30.342)	(25.421)
Atualizações de consórcios contemplados a pagar	(72)	(2.116)	(72)	(2.116)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(8.603)	-	(8.603)	-
Outros	(8.346)	(4.698)	(8.376)	(4.740)
Total	(130.713)	(80.238)	(131.719)	(82.213)
Variação Cambial				
Financiamentos e empréstimos	(3.004)	(9.448)	(3.004)	(9.448)
Contas a receber de clientes	(120)	2.842	(120)	2.842
Total	(3.124)	(6.606)	(3.124)	(6.606)
Resultado financeiro líquido	(86.001)	(75.676)	(86.635)	(77.485)

30 Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA.

31 Partes relacionadas

a. Controladora e parte controladora final

Os controladores finais da Companhia são os sócios Hélio Zancaner Sanches e Evandro Sanches que em conjunto detêm 78,22% de participação no capital social da Companhia.

b. Operações com partes relacionadas:

As operações com partes relacionadas compreendem a transações financeiras de mútuo as quais são realizadas em condições normais de mercado. As principais operações da Controladora resumem-se a adiantamentos e aquisição de cana-de-açúcar com suas acionistas e a compra de combustível com a sua controlada Posto Usina São Domingos Comércio de Combustíveis e Serviços S.A.

As transações de aquisição de cana de açúcar com acionistas ocorrem em condições de mercado semelhantes aos fornecedores terceiros.

c. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia e sua controlada é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.154 (R\$ 1.113 em 2023). A Companhia e sua controlada não concedem ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

De acordo com a eleição realizada, a diretoria é atualmente composta por dois diretores executivos.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2024		2023	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Passivo				
Fornecedores (nota explicativa 18)	-	(11.995)	-	(12.792)

	2024		2023	
	Acionistas	Posto USD	Acionistas	Posto USD
Transações				
Diesel	-	44.761	-	38.260
Etanol hidratado	-	1.011	-	1.064
Gasolina	-	21	-	25
Total	-	45.793	-	39.350

32 Eventos Subsequentes

Em 3 de abril de 2024, a companhia realizou nova captação de empréstimo, junto ao Banco Caixa Geral, no montante de R\$ 15.000, com vencimento em 3 de outubro de 2025 e taxa 3,56 a.a. + CDI.

No mês de abril de 2024, a Companhia recebeu R\$ 7.557 referente a parcela única do terceiro precatório nº 0151033-20.2023.4.01., líquidos de honorários e impostos, da Ação indenizatória - IAA pela Cooperativa Coopersucar e registrou na rubrica de outras receitas operacionais na demonstração do resultado, líquido de impostos.

* * *

André Cáfaró Sanches
Diretor executivo

Demetrio Aparecido de Oliveira Soares
Diretor administrativo e financeiro

Antônio Luiz Giro
Contador
CRC 1SP176605/0-9